

Um morto-vivo que se esconde no anonimato: ditadura e cotidiano nas páginas de O Pasquim

Janaina Martins Cordeiro

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Professora adjunta de História Contemporânea da UFF.

Resumo: A proposta deste artigo é refletir sobre o lugar de destaque na memória da resistência ocupado pelo jornal *O Pasquim*, semanário criado em 1969 que adotou uma atitude clara contra o regime militar e conclamou seus leitores a resistirem contra o autoritarismo, afirmando-se como um pilar da resistência contra a ditadura civil-militar na década de 1970. Por meio da ironia e do riso, o jornal mostrou-se extremamente crítico contra aqueles que adotavam uma postura considerada ambígua ou pela falta de engajamento político da intelectualidade de esquerda. Entre a *patota* do semanário, destacava-se o cartunista Henfil como um dos mais ativos *patrulheiros* dos comportamentos sociais.

Palavras-chave: Ditadura; resistência; memória.

Abstract: The purpose of this paper is to discuss the prominent place that the newspaper *O Pasquim* occupies in the resistance memory. Weekly created in 1969 which adopted a clear stance against the military regime and urged his readers to resist against authoritarianism, asserting itself as a pillar resistance against the civilian-military dictatorship in the 1970s through the irony and laughter, the newspaper proved to be extremely critical against those who adopted a considered ambiguous stance or lack of political engagement of the left intelligentsia. Between *patota* weekly, the Henfil cartoonist stood out as one of the most active *patrollers* social behavior.

Keywords: Dictatorship; resistance; memory.

Em 26 de junho de 1969, pouco mais de seis meses após a outorga do ato institucional nº 5 (AI-5), vinha à público a primeira edição do jornal alternativo *O Pasquim*.¹ Em um momento de fechamento e de incertezas para os grupos de oposição ao regime, o semanário aparecia com uma proposta profundamente crítica, de subversão pela ironia e pelo riso. Ao mesmo tempo, este era um momento em que o país, em particular as suas grandes metrópoles, passavam por um intenso processo de modernização. A imprensa, em alguma medida, refletia este processo de acelerada modernidade e cosmopolitismo.

O Pasquim nasceu, portanto, fruto deste duplo contexto em que é preciso considerar a conjuntura mais ampla do pós-1968 e de fechamento do regime e, ao mesmo tempo, os processos de modernização em curso. Segundo James Green, o jornal era “um tabloide semanal, moldado no formato das publicações estrangeiras *underground* voltadas para jovens dos anos 60 e que articulavam as aspirações de uma geração rebelde” (GREEN, 2003, p. 207). Tendo sua origem como um jornal de bairro, logo transcendeu os limites locais e ganhou projeção nacional. Talvez porque, seu bairro de origem, Ipanema, apresentava-se naquele momento, mais que nunca, como a síntese de determinada nacionalidade: onde o Brasil era moderno e transgressor dos velhos costumes; onde o novo estava como que fadado a nascer e renascer a cada verão; cosmopolita, sem perder os laços com um passado idílico – Ruy Castro diria que Ipanema era uma “província de cosmopolitas” (apud QUEIROZ, 2012, p. 8).

Para Bernardo Kucinski,

o PASQUIM propagou, a partir daquela compacta zona intelectual-boêmia do Rio, uma contracultura, alternativa tanto à cultura da ordem estabelecida como à cultura oficial de esquerda. (...) Seus alvos principais eram a ditadura militar, contra a qual se opunha de maneira visceral, a classe média moralista e a grande imprensa. Alimentando-se tanto nas raízes do existencialismo e da contracultura norte-americana, como nas raízes do populismo, a “patota” de o PASQUIM encontrou

¹ Este artigo retoma alguns temas abordados em minha tese de doutorado, defendida em 2012 pelo PPGH-UFF e publicada em 2015 pela Editora FGV. Ao mesmo tempo, traz algumas primeiras reflexões em torno do projeto que venho desenvolvendo atualmente com apoio da Faperj, através do programa Jovem Cientista do Nosso Estado, intitulado “História, cotidiano e memória social: a vida comum sob a ditadura no Brasil (1964-1974)”.

seu denominador na mais intransigente oposição à ditadura (2001, p. 107).

Assim, nascido simultaneamente aos *anos de chumbo* da ditadura brasileira, o semanário adotou postura clara contra o regime, conclamando seus leitores à *resistência* e procedendo a uma combativa denúncia daqueles que mantiveram – por transitórias ou diversificadas que fossem – qualquer tipo de relação com o regime. Nesse sentido, os alvos d’*O Pasquim* não foram apenas a ditadura ou a classe média moralista e a grande imprensa. Muitas vezes, a própria intelectualidade de esquerda foi duramente criticada pelo semanário em razão de posturas consideradas ambíguas ou pela falta de engajamento político. Zuenir Ventura, décadas mais tarde, falaria em um “desesperado, às vezes injusto e extremado gesto de conclamação à resistência democrática” (MORAES apud PIRES, 2006, p. 98), para referir-se especificamente à postura de um dos principais colaboradores do semanário, Henrique Filho, o Henfil, mas que bem poderia ser atribuída ao jornal de maneira mais ampla.

Mais tarde, no decorrer do longo processo de redemocratização e das batalhas de memória travadas, que foram definindo a resistência democrática ao regime como uma espécie de *memória oficial* sobre o passado, *O Pasquim* passaria a ocupar lugar de destaque, tornando-se um dos mais conhecidos opositores do regime, ao menos para determinada memória da resistência.² Talvez tenha sido em suas páginas que melhor se estruturou – para depois se transformar, oficialmente, em política de memória, e, ao mesmo tempo, em política de silêncio – uma espécie de bipolarização da sociedade. Na conjuntura dos *anos de chumbo*, quando o país vivia o momento de maior repressão e também de maior popularidade do regime, *O Pasquim* não deixava espaço para ambivalências.

Em suas páginas, o jornal era claro: ou você é contra ou a favor do regime, ou você *colabora* ou você *resiste*. Assim, *O Pasquim* ia definindo quais comportamentos poderiam ser considerados politicamente aceitáveis ou quais deveriam ser condenados. Mais que isso, uma gama muito variada de atitudes sociais acabavam reduzidas a dois extremos – *resistência* e *colaboração* –, sem nuances ou complexidades. Curioso é que, tendo surgido como um jornal de bairro, destinado, ao menos em um primeiro momento, a falar *para* e *de* um espaço, por definição, dominado pelo trivial e pela

² Sobre uma memória que define a sociedade brasileira como majoritariamente resistente, Cf. AARÃO REIS, 2004 e ROLLEMBERG, 2006.

cotidianidade, os jornalistas de *O Pasquim* deixavam pouco espaço para a trivialidade e a futilidade – tão corriqueiras em Ipanema –, sobretudo no que tange às complexas relações das classes médias brasileiras com o regime.

Entre a *patota* do semanário, o cartunista Henfil destacava-se como um dos mais ativos *patrulheiros*³ dos comportamentos sociais e, em particular, de determinada intelectualidade de esquerda considerada não engajada ou *desbundada*. Henfil foi o criador de alguns dos personagens mais marcantes do semanário, como os dominicanos *Baixim* e *Cumprido* – os *Fradins* –, muitos dos quais se dedicavam exclusivamente a ironizar “todos aqueles que se alienavam frente ao regime ou apoiavam suas políticas” (ALONSO, 2011, p. 262).

Dentre os personagens de Henfil vale a pena destacar o *Tamanduá*. Criado em 1971, era definido por Henfil como alguém que “chupa cérebros para revelar as faces ocultas de pessoas que aceitam as condições políticas e culturais vigentes” (PIRES, 2006, p. 97). O personagem aparecera pela primeira vez em um número especial de *O Pasquim* sobre Ipanema. Na tirinha, ele tentava atacar uma das jovens figuras modernas típicas do bairro, que aparecera com particular intensidade nos primeiros verões da década de 1970, os *desbundados*. Este termo havia sido inventado “pelos caras ‘duros’ de vanguarda que, assim, se referiam desprezivelmente a todos que não viam com bons olhos a aventura das esquerdas armadas” (AARÃO REIS apud KUSHNIR, 2010, p. 286).

Mas, ali em Ipanema, *desbundar* significava mais que a rejeição à aventura revolucionária das esquerdas armadas. Significava o nascimento de uma nova cultura que não aceitava certas convenções sociais, bem como a força, a ordem e a autoridade – viessem elas das esquerdas ou das direitas. O termo foi utilizado para se referir a uma juventude alternativa, libertária, que era, de alguma forma, expressão de um Brasil cosmopolita, que se modernizava, refletindo as intensas transformações pelas quais passava o país naquele momento.

A caça empreendida pelo *Tamanduá* aos personagens de Ipanema era clara no que tange ao julgamento que Henfil e a *patota do Pasquim* faziam a respeito dos chamados *desbundados* que habitavam o bairro e o país. Ao encontrar sua vítima, o *Tamanduá* é convencido pela própria a não sugar o seu cérebro, afinal, ele, o

³ O termo *patrulha ideológica* apareceu, pela primeira vez, em 1978, cunhado pelo cineasta Cacá Diegues, em entrevista concedida ao jornal *O Estado de São Paulo*, onde dizia sentir-se pressionado por determinada esquerda a abordar em suas obras temas de engajamento político e social. Cf. ALONSO, 2011, p. 255-256.

desbundado, era apenas uma figura de Ipanema que gostava de ir à praia e nada mais. Talvez fosse melhor, dizia o jovem ao *Tamanduá*, sugar o cérebro daqueles que realmente são responsáveis pelas *mazelas do país*. Convencido, o personagem vai embora atrás de sua nova vítima. Quando o *desbundado* se viu, então, livre de seu algoz, ligou imediatamente para seu pai, avisando: “Está indo aí um cara sugar o seu cérebro. Talvez seja melhor adiantar minha mesada” (*O Pasquim*, n. 37, 1972, p. 8).

A ideia era clara: o *desbunde*, entendido muitas vezes como falta de posicionamento, era *financiado* por aqueles que efetivamente colaboravam com o regime – naquele caso particular, pelos pais dos jovens de classe média da Zona Sul carioca. Nesse sentido, não tomar partido, não romper determinados laços e não resistir era também, de alguma forma, colaborar, de acordo com as *patrulhas* de *O Pasquim*.

Em 1972, o Brasil preparava-se para as comemorações do Sesquicentenário de sua Independência. O regime organizava, então, uma enorme festa, de proporções nacionais e que se estendeu por boa parte do ano, entre os meses de abril e setembro. Foi a maior festa realizada sob a ditadura, que buscava não apenas celebrar o passado, mas também o presente, projetando um futuro de grandeza para o país. Aqueles anos foram o auge do chamado *milagre brasileiro*, quando os índices de crescimento anual do país alcançavam a casa dos dois dígitos. Foi também, malgrado o aumento substancial da repressão, o momento de maior popularidade do regime, de intenso otimismo e exacerbação de um sentimento nacional profundamente ufanista (CORDEIRO, 2015).

Em uma conjuntura onde grande parte da população parecia querer celebrar, *O Pasquim* colocou-se como uma das mais importantes vozes dissonantes, não se furtando a tratar criticamente as comemorações, diferentemente do que se via na grande imprensa. Foi nessa conjuntura que surgiu, ainda em janeiro de 1972, um dos personagens mais expressivos e impactantes de Henfil, o *Cabôco Mamadô*. Este personagem possuía um curioso cemitério de *mortos-vivos* onde enterrava os colaboradores do regime e os fazia reencarnar, algumas vezes em situações inusitadas. Muitos personagens ilustres foram *enterrados* por Henfil. Entre eles, tradicionais apoiadores do regime como Nelson Rodrigues, Raquel de Queiroz e Flávio Cavalcanti; os cantores Wilson Simonal e Miguel Gustavo, a dupla Don e Ravel e o grupo musical *Os Incríveis*.

A lista do *Cabôco Mamadô* era extensa e incluía também personagens mais polêmicos, como era o caso de Elis Regina. Ligada à intelectualidade de esquerda da

MPB e possuindo um público expressivo também de esquerda, a cantora apareceu na TV, no dia 21 de abril – início oficial dos festejos do Sesquicentenário –, regendo um coral de artistas que cantavam o Hino brasileiro.⁴ Alguns meses antes, Elis havia gravado um pequeno filme publicitário divulgando e convidando a população a participar dos Encontros Cívicos Nacionais, como foi chamado o evento de abertura das comemorações.

Elis Regina, no entanto, não foi a única artista que tomou parte na abertura dos festejos. Ao contrário, muitos artistas também o fizeram, das formas mais diferenciadas. A aparição da cantora, no entanto, foi uma das mais comentadas e polêmicas, sobretudo nos meios de esquerda. Imediatamente, Elis passou a ser chamada pelo *O Pasquim* de “Elis Regente” e Henfil a enterrou no cemitério dos mortos-vivos do *Cabôco Mamadô*. Assim, na semana seguinte ao Encontro Cívico Nacional, a edição número 147 de *O Pasquim* trazia Elis Regina regendo um coral de *mortos-vivos*: Roberto Carlos, Pelé, Paulo Gracindo e Marília Pêra, todos artistas que participaram das campanhas publicitárias que convocavam a população a participar da abertura dos festejos (*O Pasquim*, n. 147, 1972, p. 3).

Não obstante, dois dos “enterros” mais emblemáticos promovidos pelo personagem de Henfil em 1972 não estavam relacionados às comemorações do Sesquicentenário e às inúmeras personalidades que delas participaram. Talvez a grande polêmica em torno do “enterro” de Elis Regina – originada inclusive em razão dos protestos da cantora – tenha encoberto outros interessantes. Mesmo porque, na medida em que o *cemitério dos mortos-vivos* servia para criar uma dualidade social entre aqueles que *colaboravam* e aqueles que *resistiam* – polaridade que as batalhas de memória tomariam mais tarde como espelho do passado –, chamava atenção para um tipo de comportamento que, para Henfil e para *O Pasquim*, fosse talvez tão incômodo quanto a colaboração. Tratava-se daquilo que eles consideravam a *passividade*. A falta de ação, de atitude. Em depoimento a Dênis de Moraes, Zuenir Ventura analisa essa conclamação à *resistência democrática* então proposta por Henfil em seu *cemitério dos mortos-vivos*:

⁴ Cf. ARAÚJO, Paulo César. *Eu não sou cachorro, não: música popular cafona e ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 288. Apud FERREIRA, Gustavo Alonso Alves. *Quem não tem swing morre com a boca cheia de formiga: Wilson Simonal e os limites de uma memória tropical*. Rio de Janeiro: Record, 2011. p. 307.

Hoje a minha leitura daquele sectarismo aparente de Henfil leva-me a crer que o Cemitério dos Mortos-Vivos embutia uma metáfora: quem não está lutando e resistindo está morrendo ou já morreu. Ele ressaltava essa morte simbólica e nos dizia: precisamos resistir de alguma maneira (MORAES apud PIRES, 2006, p. 98).

É nesse sentido que *O Pasquim* pode ser considerado um dos espaços mais importantes que fundamentam, em parte, a *memória da resistência* contra a ditadura: na medida em que dividia a sociedade entre resistentes – e trata-se de um tipo de *resistência* específica: a *democrática*, na qual pode ser incluída pelos trabalhos de memória, toda a sociedade – e *colaboradores*. Mas esta é apenas uma leitura parcial que se pode fazer do “sectarismo aparente”, para usar a expressão de Zuenir Ventura, de Henfil.

Apesar do tom inquisitorial e acusatório de suas charges, particularmente no caso do *Cabôco Mamadô*, podemos perceber através delas como era importante o espaço da *indiferença* entre os comportamentos coletivos durante a ditadura. E aqui, é preciso destacar, *indiferença* não é sinônimo de *desbunde*, que o jornal associava à juventude ipanemense e que também os incomodava profundamente. Assim, enquanto o *desbunde* implicava em uma postura política crítica ao autoritarismo, tanto de direita como de esquerda, a crítica *ao* e a rejeição *do* jogo político institucional e a adoção de um modo de vida considerado libertário, a *indiferença*, por sua vez, poderia ser compreendida não como a rejeição do político, mas sim, como uma demanda por normalização da vida cotidiana.

Sobre a questão das demandas por *normalidade* sob regimes de exceção, Andrew Bergerson, tratando do caso alemão, explica que não se trata de um estado natural, mas de um subproduto da cultura humana: “uma experiência gerada por uma forma específica de ser, acreditar e se comportar”. Nesse sentido, a cultura de normalidade fornece os elementos a partir dos quais as pessoas comuns se autodefinem tendo em vista ideias de impotência e insignificância, reforçando a construção de uma percepção sobre si mesmo que os aparta da História com H maiúsculo, mas que, de fato, apenas os habilita a “moldar a história” enquanto os envolve em uma autoilusão de inocência (BERGERSON, 2004, p. 6). Em certo sentido, era justamente contra essa tendência, aliás, muito comum entre amplos segmentos sociais durante a ditadura, que

O Pasquim se batia. Para a *patota*, sob este aspecto, muito bem representada pelos personagens de Henfil, não poderia haver espaço para esta “autoilusão de inocência”, já que, não fazer nada era reforçar a legitimidade do regime.

Nesse sentido, é interessante retomar o “enterro” de Clarice Lispector – uma das *mortas-vivas* que, mais tarde, ao lado de Elis Regina, Henfil declararia ter se arrependido de enterrar –, como uma expressão da condenação que o semanário fazia às personalidades consideradas não engajadas e que preferiam abordar temas do cotidiano mais prosaico. Portanto, na edição de 22 a 28 de fevereiro de 1972, a escritora aparecia *enterrada* no cemitério dos *mortos-vivos*, para espanto do próprio *Cabôco Mamadô*: “Êta ferro! O filho da d. Maria [Henfil] não tá livrando a cara nem dos intelectuais de centro”, exclamava o personagem.

Na charge, Clarice Lispector demonstrava não saber o que estava acontecendo:

Estou chocada! Traumatizada com tanta agressividade contra esta pura e ingênua poeta (...) Por que? Por que? Sou uma simples cronista da flor, dos pássaros, das gentes, da beleza de viver...

Por fim, Clarice Lispector reencarnava como Pôncio Pilatos, o juiz que, de acordo com a Bíblia, condenou Jesus a morrer na cruz, apesar de não ter encontrado nele culpa alguma. Como Pilatos, Clarice aparecia *lavando as mãos*, envolta em uma espécie de redoma, cercada pelos pássaros e flores de seus poemas e de costas para o local onde os soldados romanos crucificavam Jesus (*O Pasquim*, n. 38, 1972, p. 8-9).

Mais que constatar a conclamação de Henfil para que os “intelectuais de centro” tomassem partido, acredito que seja importante analisar o enterro de alguém que o cartunista qualificava, ironicamente, como “pura e ingênua”. Na verdade, Henfil dizia, através do enterro de Clarice Lispector, que não existia pureza e ingenuidade. *Não tomar partido* era o mesmo que *tomar partido a favor* da ditadura.

Todavia, o que isso pode nos dizer a respeito, por exemplo, dos comportamentos sociais sob a ditadura? Assim, retomo as reflexões de Ian Kershaw a respeito da *opinião alemã* sobre a perseguição aos judeus empreendida pelo nazismo (2002). Para o autor, à exceção de algumas fases durante as quais a questão judaica ocupou um papel preponderante, o assunto não teria interessado à grande maioria dos alemães. “Mas, para Kershaw, foi precisamente nessa atmosfera de desinteresse e de apatia que o

antisemitismo radical de uma pequena minoria pôde prosperar” (LONGERICH, 2006, p. 15).

A importância que o historiador inglês atribui ao papel de sentimentos como a *indiferença* e a *apatia* é fundamental para pensarmos os comportamentos sociais sob a ditadura civil-militar brasileira. Demonstra, como indica Pierre Laborie (2001), que entre os extremos da resistência e colaboração há uma vasta *zona cinzenta* que enseja a essência do equilíbrio do regime. Era contra esse tipo de comportamento que a *patota do Pasquim* e Henfil em particular se batiam. Mais que a constatação das *patrulhas ideológicas*, de resto amplamente acionadas pelo periódico e já bastante estudadas, o incômodo com relação à indiferença e à apatia não indicaria, como aponta Kershaw, sua importância para a sustentação do regime?

Assim, em editorial do nº 134, da primeira semana de fevereiro de 1972, Millôr Fernandes questionava:

Não vai dizer que você, ao ver a página do Henfil, não pensou na sua própria personalidade. Você merece estar vivo? Você tem certeza de que está vivo? O Henfil esqueceu de você? Você acha isso bom ou uma tremenda injustiça?

Por fim, poucos meses depois, Henfil realizava o mais sintomático *enterro* do *Cabôco Mamadô*. Dizia o personagem:

Hoje eu poderia reencarnar um dos meus mortos-vivos mais ilustres como o [Gustavo] Corção, Nelson Rodrigues ou Blochs! (...) Mas, não! Hoje vou reencarnar um morto-vivo muito especial! Um morto-vivo que se esconde no anonimato dos milhares de leitores desta vibrante folha... Um morto-vivo cretino, sem-vergonha e pulha! Assim, senhoras e senhores! O Cabôco Mamadô vai reencarnar o camuflado, digo, o mais camuflado dos mortos-vivos. VOCÊ! Não vai passando a página não! Não estou me referindo a nenhum tipo de leitor em especial! É você mesmo(a)! Se prepare morto-vivo safado! Vou te reencarnar na tua real e exuberante personalidade do dia a dia! (*O Pasquim*, n. 143, 1972, p. 9).

É essa “personalidade do dia a dia”, envolta em demandas de normalidade, impossíveis para Henfil e *O Pasquim*, que precisava ser atingida. Recentes análises sobre a vida cotidiana sob regimes autoritários têm colocado aos pesquisadores interrogações candentes. Em seu estudo sobre a vida cotidiana sob o nazismo, Detlev Peukert questiona:

Mas podemos ou devemos falar de “vida cotidiana” em um momento que, para as vítimas de perseguições e da guerra, significou um perpétuo estado de emergência? Em face da monstruosidade dos crimes do nacional-socialismo, não deveríamos ficar em silêncio sobre as rotinas cotidianas banais da maioria que não sente que foi afetada ou envolvida? (1987, p. 21-22).

Não obstante, o que tal proposta historiográfica pretende é justamente, ao retomar as experiências contraditórias e complexas de “pessoas comuns”, analisar os espaços possíveis de resistência, bem como compreender como foi possível a convivência cotidiana com o terror e a violência dos regimes. Para além do problema metodológico colocado ao historiador, no entanto, é interessante aqui notar como os jornalistas de *O Pasquim* lideram com interrogações semelhantes colocadas por sua própria época.

Para eles, tais rotinas cotidianas deveriam ser denunciadas e repudiadas. Não lhes parecia possível que a *normalidade* convivesse com a *exceção*. Sebastián Carassai, ao avaliar o contexto de crescente violência social na Argentina entre 1969 e 1975, chama atenção para uma imagem que se tornaria cada vez mais comum na grande imprensa da época sobre o “argentino comum”. Falava-se em uma *maioria silenciosa* “surpreendida entre dois fogos que não condiziam com sua moderação” ou no reconhecimento básico de que o argentino médio se distinguia “por essa condição de observador não comprometido” (2013, p. 71-72). No Brasil, ao denunciar *você*, era justamente esse “brasileiro comum”, também presente diariamente na grande imprensa nacional, ainda que por vias diferentes do percebido na imprensa argentina, que *O Pasquim* pretendia denunciar.

E assim, o *Cabôco Mamadô* transformava *você*, ou seja, todos os potenciais mortos-vivos em baratas, em um primeiro momento, para em seguida fazê-los aparecer

na forma de um homem, mal vestido, se arrastando de quatro pelo chão e lambendo uma grande bolsa, um saco, que um homem vestido de rei carregava em suas costas.

A *indiferença* e a *apatia* do dia a dia, da reprodução contínua e ampliada do cotidiano *alienante* e *alienador*. A grande *zona cinzenta*, cujo silêncio permitiu que a colaboração engajada *de uma pequena minoria pudesse prosperar*. Era contra tal situação que Henfil se batia através do seu *cemitério dos mortos-vivos*.

Não obstante, há que se destacar uma certa arrogância dos jornalistas do semanário na sua *cruzada* contra o *colaboracionismo* e a *indiferença*, arvorando-se muitas vezes como o grande *porta-voz* da *resistência democrática*, acusando e apontando o dedo, ignorando as complexidades do social. Contribuía, em certo sentido e num primeiro momento, para denunciar a ditadura e aqueles que, de alguma forma, estavam à sua volta. Não ajudava, no entanto, a compreender as suas raízes sociais, tornando-se, com o passar dos anos, um importante pilar estruturante da *memória da resistência*, redutora, como toda memória.

Referências bibliográficas

AARÃO REIS, Daniel. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe militar e a ditadura: quarenta anos depois (1964-2004)*. São Paulo: Edusc, 2004.

ALONSO, Gustavo. *Quem não tem swing morre com a boca cheia de formiga: Wilson Simonal e os limites de uma memória tropical*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BERGERSON, Andrew Stuart. *Ordinary Germans in extraordinary times: the nazi revolution in Hildesheim*. Bloomington: Indiana University Press, 2004.

CARASSAI, Sebastián. *Los años setenta de la gente común: la naturalización de la violencia*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

CORDEIRO, Janaina Martins. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.

GREEN, James. *O Pasquim e Madame Satã, a 'rainha' negra da boemia brasileira*. In: *Topoi*, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003.

KERSHAW, Ian. *L'opinion allemande sous le nazisme: Bavière 1933-1945*. Paris: CNRS Éditions, 2002.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

KUSHNIR, Beatriz. Desbundar na TV: militantes da VPR e seus arrependimentos públicos. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina*, vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LABORIE, Pierre. *L'opinion française sous Vichy: les français et la crise d'identité nationale (1936-1944)*. Paris: Éditions du Seuil, 2001.

LONGERICH, Peter. *Nous ne savions pas: les allemands et la solution finale, 1933-1945*. Paris: Éditions Héloïse D'Ormesson, 2006.

PEUKERT, Detlev J. K. *Inside Nazi Germany: conformity, opposition and racism in everyday life*. New Haven: Yale University Press, 1987.

PIRES, Maria Conceição Francisca. Cultura e política nos quadrinhos de Henfil. In: *História*, São Paulo, v. 25, n. 2, 2006.

QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. A República de Ipanema da cidade maravilhosa. In: *Anais do XV Encontro Regional de História – ANPUH-Rio*. Ofício do Historiador: Ensino e pesquisa. Rio de Janeiro: ANPU-RIO, 2012.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCar, 2006.